

## Artigos

# Da poligâmica à proletária: uma análise histórica da maternidade intensiva como força de trabalho a partir de Friedrich Engels

*From polygamous to proletarian: a historical analysis of intensive motherhood as a labor force based on Friedrich Engels*

Nayara Augusto Felizardo<sup>1</sup> Fernanda Sampaio Tiosso<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestrado em História e Doutorado em Andamento em História – Universidade Estadual de Maringá (UEM).

<sup>2</sup>Mestrado em Design de Moda (Universidade da Beira Interior, Portugal) e Doutorado em Andamento em História – Universidade Estadual de Maringá (UEM).

✉ [nayara.felizardo@escola.pr.gov.br](mailto:nayara.felizardo@escola.pr.gov.br), [fersampaiodesign@gmail.com](mailto:fersampaiodesign@gmail.com)

### Palavras-chave:

Maternidade;  
Trabalho de cuidado;  
Maternidade intensiva;  
Friedrich engels.

### Keywords:

Motherhood;  
Care work;  
Intensive motherhood;  
Friedrich engels.

### Resumo

O processo histórico para efetivação do capitalismo gerou transformações na vida das pessoas. A busca de recursos econômicos de subsistência fez da força de trabalho humana instrumento para intervenções políticas, sociais e institucionais. Essas mudanças geraram reflexos na vida da mulher mãe, que, para suprir as demandas da casa e da família intensificou sua jornada de trabalho, precarizada tanto nos trabalhos não remunerados - cuidado dos filhos e da casa - quanto nos remunerados, fora de seus lares. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscou-se a análise histórica sobre o processo de efetivação da maternidade intensiva, este artigo tem por objetivo apresentar a maternidade como um trabalho invisibilizado e não remunerado, por meio dos estudos de Friedrich Engels em seu livro *A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*, e caracterizá-la sob a teoria do feminismo matricêntrico para que se possa apresentar alternativas em desfavor da manutenção da maternidade patriarcal no tempo presente.

### Abstract

The historical process of implementing capitalism has transformed people's lives. The search for economic resources for subsistence has turned the human workforce into an instrument for political, social, and institutional interventions. These changes had repercussions on the lives of mothers, who, in order to meet the demands of the home and family, intensified their working hours, which were precarious both in unpaid work—caring for children and the home and in paid work outside the home. Through bibliographic re-search, we sought to provide a historical analysis of the process of establishing intensive motherhood. This article aims to present motherhood as invisible and unpaid work, based on the studies of Friedrich Engels in his book *The Origin of the Family, Private Property, and the State*, and to characterize it under the theory of matricentric feminism, in order to present alternatives to the maintenance of patriarchal motherhood in the present day.

## 1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial operou uma profunda redefinição do lugar social das mulheres mães. Conforme demonstra Ariès (1978), antes desse processo histórico, sobretudo a partir do século XV, a criança não era concebida como sujeito em desenvolvimento que demandasse cuidado constante; era percebida como um pequeno adulto inserido de imediato no mundo social. O autor afirma que “a aprendizagem não se exercia na condição formal da escola, mas confundia-se com o exercício das tarefas domésticas cotidianas, sendo o convívio com os adultos parte importante deste processo” (Ariès, 1978, p. 117).

De acordo com Badinter (1985) houve um remodelamento da imagem das mulheres mães. Uma moderna e boa mãe era aquela que ficava em casa em tempo integral, isolada na esfera privada e financeiramente dependente do marido. Em um discurso econômico, elas eram convidadas a gerarem filhos para as guerras; já na narrativa filosófica – a exemplo dos textos de Jean-Jacques Rousseau – a “criança era um bem precioso indispensável para sociedade e para o país, acusando as mulheres de estarem despoando a Europa por não estarem cumprindo o seu dever” (Badinter, 1985, p. 152); e na argumentação religiosa, as mães se tornaram o pilar central da família, responsáveis pelo cuidado e pela educação dos filhos.

Já Andrea O’Reilly (2016), criadora do feminismo Matricêntrico – centrado nas mulheres que são especificamente mães – estudou a arqueologia da teoria materna sobre as mães do Canadá e do norte global, expondo em suas teses a diferença entre maternidade e maternagem, caracterizando a primeira como o ato biológico de parir e a segunda o exercício de cuidar. Segundo ela, ambas são fatores de opressão às mulheres durante a história, e por isso as denominam de maternidade patriarcal. A autora nos conta que no Período Vitoriano, houve uma ideologia específica para mulheres brancas e de classe média europeias, nomeada de moralidade da moral, pelo qual elas eram vistas como piedosas, castas e podiam usar a auréola de Nossa Senhora e transformar o mundo através da sua influência moral e da sua gestão social. Consequentemente, a maternidade era vista como natural e feliz para todas (O’Reilly, 2021, p. 56-57).

Nancy Fraser (2024) analisa esse mesmo período na Europa por um viés econômico-social, afirmando que ele foi caracterizado pelo trabalho de cuidado não remunerado, o que inclui a maternagem dos filhos, manutenção e zelo da casa, idosos, cadeirantes e outros. Isso porque, desde antes da Segunda Guerra Mundial, com o esquema de salário-família, continuando até o pós-guerra com o estado de bem-estar social, houve uma normalização da dependência da mulher em relação aos homens, fazendo com que eles fossem considerados além do principal provedor da casa, cidadãos típicos e ideais. Caso a esposa trabalhasse, seu salário era apenas uma complementação ao sustento econômico da família, suplementar ao do marido. Essa naturalização de hierarquia de gênero fortificou e enraizou os mercados, tirando as mulheres das disputas políticas e protegendo o liberalismo enraizado (Fraser, 2024, p. 284).

Esses valores foram formados por um processo histórico que fez a maternidade ser entendida como normativa, ou seja, natural e essencial para o ser mulher, incentivando o posicionamento como cuidadoras centrais e integrais de seus filhos, mesmo quando se trabalhava fora de seus lares, exigindo disposição, carinho, dedicação, paciência, altruísmo, amor e tempo. Do contrário, as mães eram consideradas más ou foras da lei (O’Reilly, 2016, p. 21-22).

No Brasil e no mundo, as ondas feministas foram e são marcos históricos na luta para a emancipação das mulheres, inicialmente para as brancas e de classe alta. A primeira onda, que se iniciou no século XIX, foi marcada pelo ativismo jurídico e político, a exemplo da luta pelo direito ao voto para as mulheres, pela propriedade privada, pela emancipação financeira e pela educação. A segunda onda feminista, iniciada em torno de 1960, registrou a busca dos direitos pessoais, como o sexual, por meio da conquista

da pílula anticoncepcional, como também pela consolidação da mulher no mercado de trabalho iniciado na primeira onda. A terceira onda feminista, após 1980, abriu portas para os estudos de gêneros pautados em raça e classe, abandonando a essencialidade de um feminismo liberal e trazendo um legado de reflexão, consciência e ativismo. A quarta onda se inicia após os anos 2000 e continua ativa, milita por feminismos plurais e o ativismo na mídia.

Pós-segunda onda, os contextos educacionais e profissionais das mulheres contemporâneas têm trazido mais questionamentos. Elas não só alcançaram o acesso ao trabalho fora do lar, como gradualmente têm encontrado caminhos para ocupar cargos que anteriormente eram somente para os homens. Porém, por mais que tenham conquistado e ocupado os espaços públicos, os trabalhos essenciais à vida como os cuidados e a criação dos filhos ainda ficaram essencialmente a cargo das mães, situação presente nas mulheres de diferentes classes sociais, mas sobretudo que sacrificaram as mais pobres, que necessitavam trabalhar também fora de casa.

Essas mulheres possuem uma configuração familiar denominada por Andrea Buchanan e Miriam Peskowitz (Buchanan; Peskowitz, 2008), e de família neotradicional, formada por um casal com pai, mãe e filhos, mas que Friedrich Engels (2019, p. 63) em seu livro “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” denominou de família de um par, no qual a fixação da monogamia inevitavelmente geraria filhos ao casal. Em ambas análises sobre elas, a responsabilidade da mulher em relação ao lar prevaleceu, gerando uma demanda tripla: a casa, o trabalho e os filhos. Essa realidade foi denominada pela autora Sharon Hays (1998) como maternidade intensiva<sup>1</sup>, conceito pelo qual o Feminismo Matricêntrico<sup>2</sup> considera um dos pressupostos da maternidade normativa<sup>3</sup> e patriarcal<sup>4</sup>.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, com o levantamento, seleção e fichamento de obras de autores que discutem maternidade e trabalho, realizou-se uma análise histórica à luz da teoria feminista matricêntrica, com o objetivo de compreender a maternidade intensiva como um trabalho invisibilizado e não remunerado, fruto de um processo histórico iniciado nas sociedades primitivas poligâmicas. Destaca-se na pesquisa, a pensadora Sharon Hays (1998), que, com o apoio dos estudos de Friedrich Engels (2019) sobre as gens<sup>5</sup> familiares dos gregos, romanos, celtas e germânicos, apontou que os arranjos maritais da modernidade fizeram as mulheres trabalharem mais e se tornando uns dos fatores que geraram a reprodução de classes sociais.

A classe burguesa – no período moderno - encontrou na maternidade mais um dispositivo para a dominação proletária, tendo na ideologia materna uma âncora, na qual a mulher mãe possuía o aparato para cuidar dos filhos e da manutenção da vida familiar, reforçando sua subordinação através da somatória de demandas da vida profissional e da exaustão cobrada pela exigência do mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup>Em seu livro “As contradições Culturais da Maternidade”, de 1998, a pesquisadora Sharon Hays, conceitua maternidade intensiva, explicando que ela é a dedicação excessiva das mães a própria maternidade, ou seja, quando elas ofertam além do tempo, seu trabalho, dinheiro e bens de consumo aos filhos, para garantir o melhor a eles, o que consequentemente gera exaustão e quando não conseguem, possuem a sensação de insuficiência e o sentimento de culpa.

<sup>2</sup>O Feminismo Matricêntrico é um feminismo específico para mulheres mães. De acordo com Andrea O’Reilly, professora de estudos maternos da Universidade York, de Toronto, Canadá, em seu livro “Feminismo Matricêntrico: teoria, prática e ativismo”, de 2016, as mulheres que são mães precisam de um feminismo específico para elas, pois possuem demandas em seu dia a dia diferentes das mulheres que não são mães. Esse feminismo não é para substituir qualquer outro, mas para olhar os problemas das mulheres-mães, sejam “sociais, econômicos, políticos, culturais, psicológicos, e assim por diante” (O’Reilly, 2016, p. 21, tradução nossa), o que envolve além de um debate teórico, um movimento de união, empoderamento e ativismo político das mães.

<sup>3</sup>Maternidade no qual as “mães continuam a ser as principais cuidadoras das crianças” (O’Reilly, 2016, p. 43).

<sup>4</sup>A ideologia patriarcal da maternidade torna a maternidade profundamente opressiva para as mulheres porque requer a repressão ou negação da própria individualidade da mãe; além disso, atribui às mães toda a responsabilidade pela maternidade, mas não lhes dá nenhum poder real do qual possam ser mães. Além disso, ao definir a maternidade como um trabalho privado e não político, a maternidade patriarcal restringe a maneira como as mães podem e criam mudanças sociais por meio da criação feminista dos filhos e do ativismo materno. (O’Reilly, 2016, p. 146, tradução nossa).

<sup>5</sup>A gens, o clã, ou sib, é a unidade social básica entre os povos relativamente estabilizados, mas que não desenvolveram de modo suficiente uma agricultura avançada que exigisse uma organização “política” plena. A gens ou o clã é um grupo de descendência unilinear e há diversos deles em uma vila ou tribo. Todos os indivíduos são nascidos em uma gens e sua posição dentro do grupo define sua relação com os outros membros da tribo (Leacock, 2019, p.150).

Após a parte introdutória, a segunda seção deste artigo tem o propósito de mostrar que nas gens poligâmicas<sup>6</sup> as mulheres possuíam domínio do seu trabalho e sustento por viverem em igualdade e comunidade, o que refletia igualmente em sua maternidade. Logo, com a monogamia, seguida pelo advento da industrialização e do capitalismo, a maternidade intensiva foi sendo firmada nas sociedades.

Na terceira seção, o feminismo matricêntrico é tratado como uma articulação contra a maternidade intensiva, no qual as potências para as mulheres mães são ressaltadas, trazendo alternativas ao enfrentamento do trabalho triplo para elas no tempo presente, seguido pelas considerações finais.

## 2 DA MATERNIDADE COMUNITÁRIA A INTENSIVA

Numa primeira perspectiva, a segunda onda feminista enxergou o marxismo como anacrônico, ou seja, afirmando que ele se preocupava apenas com a divisão social do trabalho, com as diferenças de classes sociais e relações de produção, esquecendo o que os feminismos mais buscavam: a luta contra a desigualdade e a opressão de gênero.

Para além dessa visão, dentre os feminismos plurais, a partir dos anos 1990 o diálogo entre o feminismo e o marxismo se torna visivelmente necessário. Especificamente para o matricêntrico, ao questionar as organizações familiares que trouxeram à luz o papel da mulher mãe no universo do trabalho, oportunizando reflexões sobre estratégias de luta e ativismo contra a maternidade intensiva.

Em sua estrutura, a maternidade intensiva é fruto do capitalismo. Sua história passa pela ascensão da mulher como força de trabalho no processo de industrialização ocidental para a fixação do trabalho triplo, gerando uma dicotomia: por um lado há a culpabilização por deixar os filhos em creches ou com cuidadoras; e por outro, há um sentimento que Sharon Hays (1998) denomina de momismo, no qual a maternidade intensificada é o trabalho das mulheres em nome do filho sagrado (cf, Hays, 1998, p. 408).

Em 1998, a escritora Sharon Hays estudou a história das ideias da maternidade, buscando entender as ligações com o que era considerado uma boa maternidade e os contextos sociais contemporâneos. Em seu trabalho para o livro *Contradições culturais da maternidade* (1998), entrevistou mães de classes sociais diferenciadas em San Diego/Califórnia, na qual dez eram de classe média e não trabalhavam fora de casa; dez trabalhavam fora de casa e eram mal remuneradas; nove eram pobres e não trabalhavam fora de casa; e outras nove eram pobres e mal remuneradas em seus empregos. Havia telefonistas, balconistas, jornalistas, médicas, gerentes de escritório e outras profissões. Cada uma delas respondeu 13 páginas de questionamento sobre seus cotidianos, com perguntas como “Como você se sentiria se jamais tivesse filhos?”, “Como os filhos se tornam bons adultos?”, “Qual o conselho mais importante que recebeu sobre a educação do seu filho?” (Hays, 1998, p. 142-148).

As respostas a levou às considerações de que as mães estavam desgastadas por acreditarem que quando se tem filhos, cabe a elas protegê-los pelo máximo de tempo possível de todas as coisas ruins, bem como dar uma experiência de vida saudável, com investimentos lucrativos, “pois mães que descuram de seus filhos estão preocupadas com realizações pessoais, se tornando egoístas” (Hays, 1998, p. 166-167).

A partir de seus estudos, Hays (1998, p. 5) criou o conceito de maternidade intensiva, que é o trabalho das “mulheres em nome do filho sagrado”. Isso significa que, em primeiro lugar, a mãe é a cuidadora

---

<sup>6</sup>As relações sexuais e afetivas eram, como veremos, muito menos humanamente desenvolvidas do que as de hoje – e, todavia, eram consensuais e livres. Nenhuma instituição semelhante ao Estado ou ao Direito regulava ou impunha limites a tais relações que não fossem as obrigações de todos para com a sobrevivência da comunidade. A proibição de relações sexuais entre parentes era um desses casos (Lessa, 2022, p.23).

central de seus filhos; em segundo, a maternidade é considerada mais importante do que o emprego remunerado; e, em terceiro lugar, ser mãe exige gastar muito tempo, energia e recursos materiais com a criança (Hays, 1998, p. 8).

A maternidade intensiva provém, portanto, de uma ideologia formada pela exigência materna em tempo integral (pois do contrário se sentem culpadas ou são culpabilizadas), somada ao trabalho fora do lar. Se por um lado, ela sobrecarrega a mãe, por outro, desafia os homens e demais cuidadores:

A ideologia das práticas intensivas de educação infantil persiste, em parte, porque serve os interesses dos homens, mas também do capitalismo, do Estado, da classe média e dos brancos. Além disso, e num nível mais profundo. A ideologia da maternidade intensiva é protegida e promovida porque detém uma posição cultural frágil, mesmo assim poderosa, como a última melhor defesa contra o que muitas pessoas vêem como o empobrecimento dos laços sociais, das obrigações comunitárias e das obrigações não remuneradas (Hays, 1998, p. 9).

Assim, a maternidade intensiva considera a maternagem um trabalho que não gera remuneração como o trabalho fora de casa, mas fornece um lucro para a sociedade, ideia vinda do modelo cultural e ideológico maternal esgotante, em que cuidar dos filhos integralmente conciliando com os outros trabalhos, faz parte do próprio papel da mulher mãe.

Para O'Reilly (2016, p. 44), a industrialização foi um dos pontos iniciais e relevantes para a maternidade intensiva, pois no processo rumo a conquista do espaço público, as mulheres foram isoladas em seus lares até sentirem necessidade de se integrar ao mercado de trabalho:

inúmeros trabalhos detalham como a imagem moderna da “mãe que fica em casa em tempo integral” – isolada na esfera privada e dependente financeiramente do marido – surgiu como resultado da industrialização. A industrialização tirou o trabalho do lar e reposicionou o espaço doméstico, pelo menos entre a classe média, como um espaço exclusivamente improdutivo (O'Reilly, 2016, p. 59, tradução nossa).

Mas nem sempre foi assim, houve tempos em que a mulher mãe organizava seu tempo na criação dos filhos com ajuda coletiva e administrava o tempo de seu trabalho fora do lar. Friedrich Engels (2019) analisa o início desse processo: nas *gens* poligâmicas ou de casamentos grupais, as mulheres não geravam tantos filhos e os criavam com a comunidade, mas a partir da articulação e início do casamento de um par – ou monogâmico, com pai, mãe e inevitavelmente mais filhos – a estrutura familiar tira o direito materno sobre as crianças, cabendo ao homem obtenção dos alimentos e sustento da família, enquanto nas sociedades comunitárias esse trabalho era de ambos os gêneros:

tal como a vida de cada indivíduo estava intimamente associada à sobrevivência de todos, a vida de cada criança era protegida por todos: não havia nada semelhante à figura da mãe e do pai que hoje conhecemos. Nem as tarefas de criação dos filhos, preparação dos alimentos, etc. eram femininas ou masculinas; eram atividades coletivas que envolviam pessoas de ambos os sexos e de todas as idades. Pouquíssimas tarefas eram atividades divididas segundo o sexo e, quando o eram, era frequente caber aos homens atividades que hoje são tidas por femininas. E, além disso, a divisão das tarefas não implicava uma hierarquia de poder nem cancelava a autonomia de cada pessoa. Pelo contrário, o exercício da autonomia pressupunha a divisão de tarefas – e esta pressupunha a autonomia de cada indivíduo para executá-las (Leacock, 2019, p. 354).

Em relação ao trabalho de criação dos filhos nas sociedades comunitárias, Lessa (2022) relata que não ficava a carga das mulheres mães como se vê no tempo presente, sendo esta uma tarefa coletiva:

a criação das crianças não podia ficar na dependência de um pai ou de uma mãe, como é hoje: a morte de um adulto seria ainda pior para a comunidade se o esforço já dedicado à criação de algumas crianças fosse também perdido. Por isso, a tarefa de criar os filhos era uma tarefa tão coletiva como qualquer outra: os pais eram todos os homens da tribo, os primos e primas eram todas as crianças que não eram irmãos e irmãs, e apenas as mães eram individualizadas pelo nascimento. Mesmo neste caso, a morte de uma mulher não deixava uma criança órfã; ela, não raramente, passava a ser filho ou filha de uma irmã da falecida ou algo semelhante. Nenhuma criança era abandonada pelo fato de ter falecido sua mãe. Tal como a vida de cada indivíduo estava intimamente associada à sobrevivência de todos, a vida de cada criança era protegida por todos: não havia nada semelhante à figura da mãe e do pai que hoje conhecemos. (Lessa, 2022, p. 22).

Nesse sentido, O´Reilly (2016) buscou o arquétipo da mulher “mamazon” criado por Sheri Lucas (2010), para definir que maternidade pode ser sinônimo de “mãe fora da lei” ou aquela que infringe o discurso dominante da maternidade patriarcal (cf, O´Reilly, 2016, p. 128). As mamazons – cujo nome significa mães guerreiras – eram mulheres que tinham filhos fora da monogamia e eram consideradas mães que “conota instintos primitivos e ferozes de 'mãe urso' com práticas maternais não tradicionais e a decisão de ser mãe fora de um relacionamento monogâmico comprometido e ações políticas dirigidas pelas mães, particularmente quando são barulhentas, raivosas e assertivas” (Lucas, 2010, p. 682-683). Sobre as características herdadas das mães poligâmicas, O´Reilly relata:

o objetivo abrangente da maternidade empoderada é conferir às mães a agência, autoridade, autenticidade, autonomia, advocacia ativismo negado a elas na maternidade patriarcal. Ao compreender o ativismo motivado e centrado na criança a partir da perspectiva do arquétipo Mamazon e Deméter, torna-se evidente que tais formas de ativismo materno empoderam as mães e possibilitam uma poderosa postura e prática matrifocal (O´Reilly, 2016, p. 66, tradução nossa).

Já nas sociedades monogâmicas, em que as mulheres coordenavam os trabalhos, Engels analisa os povos da Antiguidade Grega por meio do livro *Das Mutterrecht – O direito materno* – de Bachofen (1988), concluindo que na ginocentria<sup>7</sup>, elas possuíam direitos e domínios sobre o filho, além de uma posição social com menos submissão ao seu congênere e mais igualitária dentro daquelas sociedades (Engels, 2019, p. 24).

Segundo Engels (2019), Bachofen admitiria que o hetarismo, ou seja, o processo rumo à monogamia, aconteceu devido à introdução de novas influências religiosas e cultuações de divindades que possuíam em sua história a morte das mães, criando uma ordem patriarcal. Engels (2019) afirma que esse ponto da pesquisa de Bachofen (1988) não seria tão interessante para o mundo do trabalho durante o início da industrialização, mas ela mostrava que nas sociedades ginocêntricas os filhos eram de direito e responsabilidade apenas das mães, pois as mulheres não tinham parceiros fixos por serem poligâmicas e muitas vezes não sabiam quem eram os genitores das crianças. Já na monogamia elas perdiam esse direito, pois a paternidade conseguia ser reconhecida e assegurada, além de que, inicialmente, era responsabilidade do homem buscar o sustento da família.

Engels (2019) conclui que depois do período ginocêntrico, a mulher jamais teve o direito sobre sua linhagem novamente:

originalmente a descendência podia ser considerada apenas pela linha feminina, de mãe para mãe; de que essa validade exclusiva da linha materna ainda se manteve por muito tempo depois que foi adotado o casamento monogâmico, em que a paternidade passou a ser assegurada ou então reconhecida; e de que essa posição original das mães, como únicas ascendentes asseguradas das crianças, garantiu a elas e, desse

---

<sup>7</sup>Uma sociedade ginocêntrica é aquela que possui um foco dominante ou exclusivo nas mulheres, suas experiências, necessidades e perspectivas, colocando-as no centro das estruturas sociais, culturais ou teóricas. É o oposto do androcentrismo (que foca no homem).

modo, às mulheres em geral uma posição social mais elevada do que jamais voltariam a ter (Engels, 2019, p. 27).

Crianças, mulheres grávidas, mães de recém nascidos, idosos e doentes, trabalhavam em menor quantidade na agricultura e pecuária das sociedades poligâmicas primitivas, gerando carências na distribuição igualitária. Observa-se que o homem que produzia individualmente gerava excedentes, mas aqueles que não poderiam colaborar geravam necessidades. O que não acontece nas sociedades de classe durante a modernidade, onde a exploração do homem pelo homem gerou a articulação do excedente e da carência, com ações produtivas muito mais rápidas que as “primitivas e tende a substituí-las ao longo da história. Essa situação apenas será alterada na passagem do século XVIII ao XIX, com a Revolução Industrial, quando a carência foi substituída pela abundância” (Lessa, 2022, p.26-27).

Sobre o processo de transição da sociedade primitiva e poligâmica para a industrial - ou de classes - e monogâmica, Lessa relata:

foram vários os processos de transição das sociedades primitivas às sociedades de classe. A transição não foi a mesma no norte e no centro da Europa; na Ásia houve diferenças importantes entre a Índia e a China, entre o Japão e o Sudeste Asiático. Na África também não foi idêntica em todo o continente; e mais perto de nós, entre os maias, astecas e incas há distinções significativas. Com todas as diferenças e descompassos, um conjunto de elementos esteve sempre presente: trata-se, em todos os lugares, da passagem do modo de produção primitivo aos modos de produção fundados na exploração do homem pelo homem. É esse conjunto de elementos comuns que nos interessa (Lessa, 2022, p. 27).

Com uma maior incidência da monogamia como organização das relações afetivas, surge a grande concentração de riqueza na mão de um homem só e isso inclui ao marido a posse de sua esposa. Por isso, Engels (2019) acredita que por meio do trabalho fora do lar, a mulher estaria livre dessa barbárie. O autor diz que os homens proletários dentro da sua família são para suas esposas o que os burgueses são para eles dentro da fábrica (cf, Engels, 2019, p. 95-96).

Assim, ele conclui que o ato biológico de parir e cuidar dos filhos de forma exaustiva não foi um trabalho nas sociedades primitivas, pelo contrário, na poligamia, gestar, parir e conduzir da casa, eram tão valorizados quanto o trabalho de obtenção de alimentos:

a desigualdade de ambos perante o direito, que nos foi legada por condições sociais anteriores, não é a causa, mas o efeito da opressão econômica da mulher. Na antiga economia doméstica comunista, que abrangia muitos casais e seus filhos/filhas, a condução da casa, a carga das mulheres, era uma indústria pública tão socialmente necessária quanto à obtenção do alimento pelos homens. A família patriarcal e, sobretudo, a família monogâmica individual mudaram isso. A condução da casa perdeu seu caráter público. Deixou de concernir à sociedade. Tornou-se um serviço privado; a mulher se tornou a serviçal número um, alijada da participação na produção social (Engels, 2019, p. 93-94).

Segundo Engels (2019), da mulher poligâmica à proletária, passa-se pelo processo de construção do casamento monogâmico juntamente com fatores dessa nova vida social. São eles: exploração do homem pelo homem e propriedade privada e Estado. A partir dos estudos antropológicos de Lewis H. Morgan (1877), Engels (2019) explica que a construção da família passou por estágios, sendo o primeiro chamado de família consanguínea, no qual a única restrição sexual se baseada entre pais e filhos. Posteriormente a família evoluiu para a punaluaana, onde a única restrição era se relacionar com pessoas da mesma família, e aí se iniciou o direito materno, pois as mulheres não haviam parceiros fixos e não comprovavam a paternidade. Posteriormente, o autor aponta a evolução para a família sindiástica, onde

a união começou a se caracterizar por pares, mas ainda sem monogamia e por isso as crianças continuavam sob os direitos das mães. E por fim, surge a família monogâmica, para garantir heranças e propriedades privadas, onde o homem possui a “supremacia sobre o feminino” (Engels, 2019, p. 72).

Em todas as sociedades com classes sociais em que a antiga família comunal se transformou na família nuclear, seja escravista, feudal ou capitalista, as mulheres ficaram excluídas das aplicações de poder, portanto eram rejeitadas da economia, da religião, do Direito, das artes, ciência e filosofia, ficando responsáveis pela reprodução de pessoas, no qual o cuidado com os filhos não era feito com ajuda comunitária, como nas formas primitivas. Lessa (2022), explica:

nenhum senhor de escravo, senhor feudal ou burguês criará ou pagará a alimentação dos filhos de seus concorrentes – do mesmo modo que não cuidam dos filhos dos trabalhadores que exploram. Como tais atividades, ainda que fundamentais para a vida social, não geram propriedade privada, elas serão agora exercidas pelas mulheres enquanto parte da vida privada (isto é, não coletiva) de cada proprietário. Caberá aos homens “prover” suas mulheres; estas devem “servir” aos seus senhores. A antiga relação consensual e igualitária é substituída por uma relação de poder. Aos indivíduos masculinos cabe o poder da propriedade privada, serão eles os maridos (Lessa, 2022, p. 31).

O trabalho da mulher de parir e cuidar filhos é indispensável para o capitalismo. A que gerava filhos poderia repassar a consciência capitalista para suas proles, ou seja, pariam futuros proletários, intensificando assim a força reprodutiva de trabalho, por isso “a reprodução humana é um processo de trabalho intensivo” (Federici, 2021, p. 95).

Nesse sentido, para Engels (2019, p. 91) a busca por direitos foi crucial para a entrada da mulher nas fábricas<sup>8</sup>, ao se tornar proletária no mercado como força de trabalho, pois as leis trabalhistas do início da modernidade eram acessíveis somente para a defesa da classe burguesa, ou seja, para ter garantia das leis a família proletária precisaria pagar pela condição jurídica. Assim, com ambos trabalhando – marido e esposa - conseguiam buscar essa condição econômica. As mulheres mães proletárias, cumpriam seus deveres no interior da família em um tempo menor por também dedicarem tempo ao trabalho nas fábricas, logo, como resultado disso não geravam tantos filhos.

De forma clara e precisa, Engels (2019) deixa explicar que a família monogamia escravizou as mulheres:

foi a grande indústria do nosso tempo que voltou a franquear à mulher – mas só à mulher proletária – o caminho para a produção social. Mas isso de tal modo que, quando cumpre seus deveres no serviço privado à família, ela é excluída da produção pública e não pode adquirir nada e, quando quer participar da indústria pública e adquirir autonomamente, não tem condições de cumprir os deveres para com a família. E o mesmo que sucede na fábrica sucede à mulher em todos os ramos de negócios, inclusive na medicina e na advocacia. A família individual moderna foi fundada sobre a escravização doméstica aberta ou dissimulada da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais (Engels, 2019, p. 93-94).

A partir do momento em que a mulher proletária começa o trabalho nas fábricas e conseqüentemente gera menos filhos pela ocupação fora de casa, a perpetuação da lógica do capitalismo entra em desconformidade, pois ela também era responsável por parir força de trabalho. Com o advento da industrialização, portanto, coube à mulher trabalhadora três elementos reprodutivos: o biológico (ter filhos), o social e o ideológico.

---

<sup>8</sup>A fábrica, com suas máquinas, sua sujeira, suas promiscuidades sexuais, não era para elas. Em um congresso operário de 1867, um congressista declara: “Para o homem, a madeira e o metal. Para a mulher, a família e os tecidos”. Uma grande divisão material e simbólica do mundo. O duro para os homens; o mole para as mulheres (Perrot, 2007, p. 119).

Enquanto a mulher burguesa possuía amas de leite e cuidadoras para auxiliá-las, a proletária era marginalizada, deixando o seu trabalho na fábrica ao menos nos primeiros meses de vida da criança, dependendo economicamente do marido, período em que as diferenças de classes, a segregação de gênero e a violência patriarcal eram acentuadas para elas.

Sobre o trabalho do lar não remunerado, Federici (2021) afirma:

manifesto no cuidado com crianças e idosos e composto não apenas de componentes físicos, mas, também, do suprimento emocional, promotor da sensação de segurança, de consolo e de antecipação dos medos e dos desejos das pessoas. Essa atividade, dessa forma, não é meramente material ou produtiva, nem pode ser dividida por meio da tecnologia, mecanização ou substituição pela direção virtual da comunicação on-line (Federici, 2021, p. 95).

A mulher proletária do período da modernidade industrial foi inserida, assim, num antagonismo. De um lado está a sua submissão dentro de casa como geradora e cuidadora dos filhos, voltando a ser o que os homens as julgavam antes da primeira onda feminista: dóceis, frágeis, não políticas e não competitivas. De outro lado, elas viam que o sistema capitalista gratificava apenas o trabalho mercantilizado, deixando a manutenção e cuidados com a casa e filhos estavam fora da categoria econômica.

Por outro lado, a introdução do feminino no trabalho das fábricas era a forma pela qual as mulheres buscariam seus direitos jurídicos, sendo esse um caminho para possuírem igualdade entre os gêneros, pois por si só a dominação do homem sobre a mulher não acabaria, assim com a democracia intrinsecamente não conseguiria eliminar todos os privilégios capitalistas nem diminuir o antagonismo entre as classes (cf, Engels, 2019, p. 94).

Neste sentido, Engels (2019) argumenta que a tomada dos meios de produção tanto pelos homens como pelas mulheres, seria uma forma da economia privada doméstica se transformar em uma indústria social:

com a conversão dos meios de produção em propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade. A economia doméstica privada se transformará em indústria social. A criação e a educação das crianças serão assunto público; a sociedade cuidará de todas as crianças igualmente, sejam elas nascidas no matrimônio ou fora dele (Engels, 2019, p. 96).

Sobre a transformação dos meios de produção pela família, Engels (2019) afirma, portanto, que os cuidados e a educação da criança não seriam novamente comunitários como na gens policâmica, mas seria um assunto público, dentro ou fora dos matrimônios.

### **3 A MATERNIDADE INTENSIVA NO TEMPO PRESENTE E O FEMINISMO PARA MULHERES MÃES**

Antes de considerar a maternidade e a maternagem um trabalho, é preciso lembrar que, segundo Lessa (2022), apesar de Marx e Engels entenderem o termo trabalho inicialmente como manutenção ou trabalho manual diante da natureza e, com o passar do tempo, expressões como trabalho intelectual, produtivo e improdutivo, são adicionados ao entendimento do termo por serem meios de produção e de subsistência (cf, Lessa, 2022, p. 28)

Todos os trabalhos de cuidados essenciais à sociedade, mas, são trabalhos invisibilizados e não remunerados. Silvia Federici (2019), conceitua esses trabalhos como o doméstico, o de cuidado com filhos, idosos, pessoas com deficiência e até mesmo o sexo, por acreditar que as mulheres são a própria fábrica de pessoas. Por isso ela discute em seu livro *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*

a máxima dita em campanhas de salários para o trabalho doméstico de 1970: “o que chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”.

Especificamente ao trabalho de cuidado com os filhos e com a casa, aliado ao trabalho remunerado fora do lar iniciado a partir da modernidade, tem suas origens no processo de industrialização ocidental apresentado por Engels (2021) e possui sua forma completamente desenvolvida no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990. Este modelo de maternidade após 1990 é interpretado como autossuficiência da mulher mãe, porque além do trabalho triplo, ele se baseia na falsa ideologia da boa maternidade, segundo as quais as mulheres sabem por instinto como é ser mãe e como devem nutrir seus filhos, por hábito e não por habilidade.

Logo, como precisam conciliar o núcleo familiar com o da força de trabalho no mercado, podem sentir-se culpabilizadas por não dedicarem tempo integral aos filhos. Esse conjunto de fatores que definem a maternidade intensiva fez Andrea O´Reilly entender que a maternidade antes de 1980 era custodial e após 1990 a autora considera o trabalho de cuidado com os filhos uma “maternidade patriarcal”<sup>9</sup> (O´Reilly, 2016, p. 36, tradução nossa).

Na maternidade custodial<sup>10</sup> as mães deveriam estar presentes na vida dos filhos, mas não tinham necessidades emocionais na relação entre mães e filhos, como acontece após a década de 80. Ela traz o seguinte exemplo: antes de 1980 as mães deixavam seus filhos em cursos, de ballet ou de algum esporte, e nesse tempo poderiam tomar um café com amigas ou outras mães. Já após 1980 com a efetivação da maternidade intensiva, as mães são convidadas a fazer o ballet ou esporte com o filho, estando presente fisicamente nesse momento da vida da criança (cf, O´Reilly, 2016, p. 46-47).

A maternidade intensiva, ao contrário da custodial, deixa a carga das mães o centro do cuidado das crianças, cobra delas grandes recursos de tempo e materiais. O´Reilly (2016) cita Sharon Hays e conclui:

Hays argumenta que a maternagem intensiva é caracterizada por três temas: primeiro, “a mãe é o cuidador central”; segundo, “a maternidade é considerada mais importante do que o emprego remunerado”; e terceiro, “a maternidade exige escravizar copiosas quantidades de tempo, energia e recursos materiais da criança” (O´Reilly, 2016, p. 157).

A psicanalista Maria Helena Fernandes (2006), analisou a figura da personagem Helena Pêra, do filme infantil *Os Incríveis* da Disney Pixar (2004), em que traduz a maternidade intensiva por ser mãe de três crianças, fazer todos o trabalho em prol da família e ainda trabalhar salvando o mundo, erguendo aviões, trens, carros e pessoas. No primeiro filme, Helena não aguenta a demanda e acaba deixando seu trabalho para cuidar somente dos filhos. Fernandes (2006) denomina essa vida da mulher mãe pós-moderna de síndrome mãe-elástico:

esticadas entre uma identificação passiva e materna e outra ativa e fática, as mulheres vão tentando lidar com o excesso que caracteriza as demandas em seu cotidiano. Resulta daí um verdadeiro acúmulo que exige uma elasticidade nunca antes sequer possível de ser imaginada (Fernandes, 2006, p. 2).

---

<sup>9</sup>A autora conceitua a maternidade patriarcal como um modelo que perdura na história e se tornou uma instituição opressora e prejudicial às mulheres mães, em que a maternidade é considerada uma responsabilidade natural da mulher, cabendo a criação dos filhos unicamente a mãe biológica, mas a mesma “não tem o poder para determinar as condições sob as quais ela é mãe” (O´Reilly, 2016, p. 36, tradução nossa).

<sup>10</sup>Andrea O´Reilly diz que a maternidade intensiva é confundida muitas vezes com a custodial, pois é resultado dela. Mas acredita ser importante distingui-las. A maternidade custodial aconteceu entre 1946 e 1980, e significa que apesar das crianças estarem sob custódia das mães, não precisavam estar continuamente suprindo todas as necessidades de seus filhos, sendo elas cognitivas, emocionais e psicológicas. (O´Reilly, 2016, p. 47, tradução nossa).

Já no segundo filme, a autora altera a configuração, desconstruindo a estrutura patriarcal e colocando Beto, o esposo de Helena, para cuidar das crianças e da casa. Beto sente inferioridade ao ser gestor do lar por ter sido ensinado a vida toda a trabalhar fora de casa, enquanto Helena se sente empoderada por combater o crime diariamente e mais tarde é convidada por amigos da família para liderar a segurança da população, chamando o esposo para auxiliá-la. Essa narrativa demonstra parte do que o Feminismo Matricêntrico busca: apoios, reconhecimento para as mães e uma maternidade ideologicamente menos intensiva.

O Feminismo Matricêntrico possui como um de seus objetivos o ativismo em favor do empoderamento da mulher mãe e traz em sua pauta o comprometimento com o melhoramento da vida delas, dos filhos e sociedades, acreditando que a maternidade empoderada e a feminista são modelos de maternidades que amenizam o trabalho triplo fruto do capitalismo e caracterizado pela maternidade intensiva.

O'Reilly (2016), aponta que os movimentos sociais centrado nas mães é “urgente necessário e muito esperado” (O'Reilly, 2016, p. 123). Para isso é necessário reconhecer que a maternidade passa por uma desvalorização como um trabalho não remunerado e também pelo seu aspecto opressor transmitido pela cultura do patriarcado.

Na maternidade não romantizada, as mães consideram maternar um trabalho não remunerado e não acham que esse trabalho essencial 24 horas por dia. Procuram ajudantes chamadas de co-mães para ajudá-las – rede de apoio como familiares, amigas, avós, tias, pais, escolas, creches – e questionam a crença da maternidade voltada ao trabalho excessivo em que a preservação da individualidade da mulher é considerada antiética a ela.

A maternidade feminista<sup>11</sup>, provém de mães que se consideram feministas e utilizam a política feminista em sua maternidade. Ela não busca essencialmente a valorização da mulher como resistência a maternidade patriarcal, mas a igualdade de gênero dentro da maternidade, exigindo a contribuição dos genitores na maternagem para que o dia a dia seja menos opressor.

Da mesma forma que nos feminismos, a mãe feminista luta para que a maternidade contribua na dissolução do racismo, da diferença de gênero, de classe, de economia, na hierarquia de habilidades, desafiando o poder masculino sobre sua vida e sobretudo sobre a criação de seus filhos, recusando o perfil patriarcal de boa e má mãe e reivindicando o poder que foi tirado a mulher diante da história da maternidade: a domesticação e o apagamento da mulher pelo fato biológico de parir.

O'Reilly (2016) cita poeticamente Adrienne Rich:

quer seja chamada de “maternidade corajosa”, como Rich a descreve, ou “maternidade feminista”, essa prática de maternidade exige o empoderamento de filhas e mães, e reconhece que a primeira só é possível com a segunda. Como Judith Arcana conclui: “Se queremos que as meninas se tornem mulheres livres, corajosas e fortes, devemos ser essas mulheres nós mesmas” (O'Reilly, 2016, p. 169).

---

<sup>11</sup>Andrea O'Reilly (2016) define: Em meus escritos, uso o termo maternidade feminista para me referir a um discurso de oposição da maternidade, que é construído como uma negação da maternidade patriarcal. Uma prática feminista de maternidade, portanto, funciona como uma contra-narrativa da maternidade: ela busca interromper a narrativa mestra da maternidade para imaginar e implementar uma visão de maternidade que seja empoderadora para as mulheres. A maternidade feminista é, portanto, determinada mais pelo que não é (isto é, a maternidade patriarcal) do que pelo que é. A maternidade feminista pode se referir a qualquer prática de maternidade que busque desafiar e mudar vários aspectos da maternidade patriarcal que fazem com que a maternidade seja limitante ou opressiva para as mulheres (O'Reilly, 2016, p. 136).

A partir disso, entende-se que a maternidade feminista é uma âncora para as mulheres mães pois desmantela as práticas dominantes de uma grande sobrecarga histórica sobre as mulheres: um dia a dia de trabalhos intensificados.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propondo uma análise sobre histórica sob olhar teórico feminista matricêntrico, sobre a construção da maternidade intensiva por meio dos pensadores Sharon Hays e Friederich Engels, após a introdução, em primeiro subtítulo, este artigo trouxe os apontamentos dos autores e mostrou que nas sociedades primitivas e poligâmicas as mulheres mães possuíam uma maternagem coletiva. Por outro lado, na modernidade industrial, tempo em que a mulher precisou estar inserida no mercado de trabalho, foi necessário buscar liberdade financeira para sua sobrevivência, o que culminou na maternidade intensiva.

O segundo subtítulo, trouxe que a partir dos anos 1990, o feminismo matricêntrico propõe a maternidade feminista como alternativas para amenizar a maternidade intensiva e patriarcal, sendo uma alternativa de militância contra a realidade de “mães-elásticas” diante do peso do capitalismo sobre maternidade. Dessa forma, por meio de uma pesquisa bibliográfica, este estudo propôs a análise da raiz da maternidade intensiva, através do livro *A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado* de Friedrich Engels (2019), ressaltando o papel do Feminismo Matricêntrico no tempo presente.

Nesse feminismo, o ativismo vai além da luta por igualdade de gênero, envolve as questões de classe e trabalho, pelas quais as mulheres precisam buscar direitos, políticas públicas, lugares de fala e de poder a favor das mães, o que ocorre preferencialmente por meio da maternidade feminista.

Nesse sentido, Engels (2019), ao tratar das mulheres nas sociedades poligâmicas, comparando com as mulheres nas sociedades monogâmicas, esclarece que a introdução das mesmas na cultura patriarcal e capitalista abrange dois pontos fundamentais que não se encaixam: a maior quantidade de filhos vinda da monogamia e a participação delas como força de trabalho nas fábricas (cf, Engels, 2019).

Portanto, os estudos sobre maternidade e o Feminismo Matricêntrico vão além das questões de gênero, exigindo constante e categórico debate sobre a maternidade intensiva para promover o lugar de liberdade na vivência materna, construindo mudanças sociais e maternagens plurais.

#### REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

BACHOFEN, Jakob J. **Derecho Materno**. Buenos Aires: Anthropos, 1988.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BUCHANAN, Andrea J.; PESKOWITZ, Mirian. **O livro das garotas audaciosas**. Rio de Janeiro: Editora ler e crescer, 2008.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. **Esboço para uma crítica da economia política: e outros textos**. São Paulo: Boitempo, 2021. 292 p.

- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019. 388 p.
- FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: Notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FERNANDES, Maria H. **O corpo**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2006.
- FRASER, Nancy. **Destino do Feminismo: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2024.
- HAYS, Sharon. **Contradições Culturais da Maternidade**. Rio de Janeiro: Editora Grypus, 1998.
- LEACOCK, Eleanor B. **Mitos da dominação masculina: Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural**. 1. ed. São Paulo: Instituto Lucácks, 2019.
- LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!** 2. ed. Maceió: Coletivo Veredes, 2022.
- LUCAS, Sheri. **“Mamazonas”** - Enciclopédia da Maternidade. Andrea O'Reilly (Org.). Sage Press, 2010.
- MORGAN, Lewis H. **A Sociedade Antiga**. MacMillan & Company, Londres, 1877.
- O'REILLY, Andrea. **Feminismo matricêntrico: teoria, ativismo e prática**. 1. ed. Toronto, Canadá: Editora Deméter, 2016.
- O'REILLY, Andrea. **Feminismo matricêntrico: teoria, ativismo e prática**. 2. ed. Toronto, Canadá: Editora Deméter, 2021.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007. 191 p. (Original: Mon histoire des femmes. Paris: Éditions du Seuil/France Culture, 2006.).